

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2019	2018	Discriminação	NOTA	2019	2018
Circulante		18.088.742	15.341.896	Circulante		16.447.820	15.792.074
Disponibilidades	04	295.949	259.896	Depósitos	10	15.748.531	11.977.203
Relações Interfinanceiras		10.209.619	5.523.983	Depósitos à Vista		7.099.920	3.948.744
Centralização Financeira		10.209.619	5.523.983	Depósitos a Prazo		8.648.611	8.028.459
Operações de Crédito	05	7.190.827	9.444.844	Obrigações por Empréstimos e Repasses	11	-	3.000.000
Operações de Crédito - Setor Privado		8.881.392	10.339.281	Obrigações por Repasses Interfinanceiros		-	3.000.000
(-)Provisão Para Operações De Crédito Liq. Duvidosa		(1.690.565)	(894.437)	Outras Obrigações		699.289	814.871
Outros Créditos	06	195.674	89.212	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	12a	3.467	2.682
Avais e Fianças		340.581	51.774	Sociais e Estatutárias	12b	153.456	165.761
Rendas a Receber		112.950	26.683	Fiscais e Previdenciárias		53.195	42.242
Diversos		67.393	53.027	Diversas	12c	489.171	604.186
(-) Provisão para Outros Créditos		(325.250)	(42.272)				
Outros Valores e Bens	07	196.673	23.960				
Outros Valores e Bens		179.954	-				
Despesas Antecipadas		16.719	23.960				
Não Circulante		6.775.313	7.256.596	Não Circulante		19.258	-
Realizável a Longo Prazo		4.924.008	5.607.759	Exigível a longo prazo		19.258	-
Operações de Crédito	05	6.121.885	5.990.198	Provisão para Demandas Judiciais	13	15.382	-
(-)Provisão Para Operações De Crédito Liq. Duvidosa	05	(1.197.877)	(382.439)	Provisão para Garantias Prestadas	12c	3.876	-
Outros Créditos	17	-	-				
Investimentos	08	874.731	806.703	Patrimônio Líquido		8.396.976	6.806.417
Ações e Cotas		874.731	806.703	Capital Social	15a	5.135.529	4.150.849
Imobilizado de uso	09	969.613	831.352	Reservas de Sobras	15b	2.462.500	2.010.861
Outras Imobilizações de Uso		723.624	544.713	Sobras do Semestre	15c	798.947	644.708
Imóveis de Uso		459.990	459.990				
(-) Depreciações Acumuladas		(214.001)	(173.351)				
Intangível		6.961	10.782				
Softwares		13.563	23.850				
(-) Amortizações Acumuladas		(6.602)	(13.068)				
TOTAL DO ATIVO		24.864.055	22.598.492	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		24.864.055	22.598.492

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

José Cícero Francisco dos Santos
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2019	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Crédito	16	2.565.763	5.802.882	5.287.477
Rendas de Aplicações Compulsórias		2.537.154 28.609	5.774.273 28.609	5.287.477 -
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA				
Operações de Captação no Mercado	10b	(1.318.811)	(2.701.677)	(1.860.799)
Operações de Empréstimos e Repasses		(252.024) (5.061)	(482.704) (63.099)	(482.357) (128.579)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.061.726)	(2.155.874)	(1.249.864)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		1.246.952	3.101.205	3.426.677
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS		(449.933)	(1.372.145)	(2.036.193)
Receitas de Prestação de Serviços		239.447	409.292	296.985
Receitas de Tarifas Bancárias		166.455	300.454	213.589
Despesas de Pessoal	17	(799.945)	(1.510.958)	(1.164.095)
Outras Despesas Administrativas	18	(855.466)	(1.609.312)	(1.402.527)
Despesas Tributárias		(30.859)	(55.969)	(26.823)
Outras Receitas Operacionais	19	885.860	1.310.237	153.712
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		189.284	345.545	290.274
Outras Despesas Operacionais	20	(244.709)	(561.436)	(397.308)
RESULTADO OPERACIONAL		797.018	1.729.059	1.390.484
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	21	9.144	18.280	4.816
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		806.162	1.747.339	1.395.300
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		34.976	(21.556)	(39.984)
Provisão para Imposto de Renda		20.054	(10.778)	(18.743)
Provisão para Contribuição Social		14.922	(10.778)	(21.242)
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL		841.138	1.725.783	1.355.316
Juros Sobre o Capital Proprio		(314.205)	(394.205)	(235.893)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		526.933	1.331.578	1.119.423
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS		(532.631)	(532.631)	(474.715)
Fundo de Assistencia Técnica, Educacional e Social (FATES)		(66.579)	(66.579)	(98.635)
Reserva Legal		(399.473)	(399.473)	(322.354)
Fundo Institucional de Relacionamento (FIRE)		(66.579)	(66.579)	(53.726)
SOBRAS DO SEMESTRE		(5.698)	798.947	644.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

José Cícero Francisco dos Santos
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	Reservas de Lucro	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.451.452	1.322.201	366.306	5.139.959
Integralizações/Subscrições de Capital	526.326	-	-	526.326
Destinação das Sobras para a Reserva Legal	-	366.306	(366.306)	-
Devolução de Capital	(61.151)	-	-	(61.151)
Incorporação de Juros ao Capital	234.494	-	-	234.494
IRRF Sobre Juros ao Capital	(273)	-	-	(273)
Sobras	-	-	1.119.423	1.119.423
Destinação das Sobras:	-	322.354	(474.715)	(152.361)
Reserva Legal	-	322.354	(322.354)	
Distribuições de Sobras	-	-	-	
Fundo de Assistencia Técnica, Educacional e Social	-	-	(98.636)	
Fundo Institucional de Relacionamento - 5%	-	-	(53.726)	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.150.849	2.010.861	644.707	6.806.417
Saldos em 31 de dezembro de 2018	4.150.849	2.010.861	644.707	6.806.417
Integralizações/Subscrições de Capital	639.442	-	-	639.442
Distribuições de Sobras conforme AGO	-	-	(177.249)	(177.249)
Destinação das Sobras para a Reserva Legal	-	52.166	(52.166)	-
Incorporação de Sobras	415.254	-	(415.254)	-
Devolução de Capital	(339.196)	-	(38)	(339.234)
Estorno de Capital	(1.625)	-	-	(1.625)
Incorporação de Juros ao Capital	271.261	-	-	271.261
IRRF Sobre Juros ao Capital	(456)	-	-	(456)
Sobras	-	-	1.331.578	1.331.578
Destinação das Sobras:	-	399.473	(532.631)	(133.158)
Reserva Legal	-	399.473	(399.473)	
Fundo de Assistencia Técnica, Educacional e Social (FATES)	-	-	(133.158)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.135.529	2.462.500	798.947	8.396.977

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

José Cícero Francisco dos Santos
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2º Semestre 2019	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	4.835.291	4.577.884	21.945
Sobras Antes da Tributação e Participações	806.162	1.747.339	1.395.300
IRPJ / CSLL	34.976	(21.556)	(39.984)
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	(1.061.726)	(2.155.874)	(1.249.864)
Provisão de Juros ao Capital	(314.205)	(394.205)	(235.893)
Depreciações e Amortizações	25.257	45.866	29.612
Sobras ajustadas	(509.536)	(778.430)	(100.829)
(Aumento) redução nos Ativos	2.818.984	4.814.468	(2.338.732)
Operações de Crédito	2.786.710	5.093.642	(2.310.898)
Outros Créditos	181.933	(106.462)	(12.830)
Outros Valores e Bens	(149.659)	(172.713)	(15.004)
Aumento (redução) nos Passivos	2.525.844	541.847	2.461.506
Depósitos a Vista	2.552.459	3.151.176	(241.541)
Depósitos a Prazo	230.085	620.151	(763.957)
Outras Obrigações	(256.701)	(229.481)	467.003
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(3.000.000)	3.000.000
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(98.879)	(248.336)	(328.948)
Aumento dos Investimentos	(44.481)	(68.028)	(98.537)
Aquisições do Imobilizado	(54.399)	(181.508)	(230.411)
Intangível	-	1.200	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	446.900	392.139	547.036
Integralizações de Capital	365.254	639.442	526.326
Devolução de Capital	(188.109)	(339.234)	(61.151)
Estorno de Capital	(1.050)	(1.625)	-
Distribuições de Sobras	-	(177.249)	-
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF	270.805	270.805	234.222
Ajuste FATES	-	-	(98.636)
Ajuste FIRE	-	-	(53.726)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)	5.183.312	4.721.687	240.034
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercício / Semestre	5.322.256	5.783.880	5.543.846
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	10.505.568	10.505.568	5.783.880
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	5.183.312	4.721.688	240.034

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

José Cícero Francisco dos Santos
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RORAIMA LTDA.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018****Valores em reais (R\$)****1. Contexto Operacional**

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RORAIMA LTDA. - SICOOB RORAIMA, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **01/10/1997**, filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB RORAIMA** possui **1** Posto de Atendimento (PA) em Boa Vista.

O **SICOOB RORAIMA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 03/02/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Disponibilidades

As Aplicações financeiras apresentadas no quadro abaixo possuí características de equivalente de caixa conforme CPC 03 (R2) e Resolução CMN nº 3.604/2008, somadas as disponibilidades representam o caixa e os equivalentes de caixa, apresentado na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	295.949	259.896
Centralização Financeira - Cooperativas	10.209.619	5.523.984
TOTAL	10.505.568	5.783.880

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	7.127.009	4.240.985	11.367.994	12.281.140
Financiamentos	1.754.384	1.880.899	3.635.283	4.048.340
Total de Operações de Crédito	8.881.392	6.121.885	15.003.277	16.329.479
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.690.565)	(1.197.877)	(2.888.442)	(1.276.876)
TOTAL	7.190.827	4.924.008	12.114.835	15.052.603

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 2019	Provisões 2019	Total em 2018	Provisões 2018
A 0,50% Normal	763.865	643.197	1.407.062	(7.035)	4.348.784	(21.744)
B 1% Normal	1.654.510	739.996	2.394.506	(23.945)	5.360.101	(53.601)
B 1% Vencidas	9.983	-	9.983	(100)	374.246	(3.742)
C 3% Normal	3.579.972	1.134.503	4.714.475	(141.434)	1.688.225	(50.647)
C 3% Vencidas	86.416	33.990	120.407	(3.612)	943.281	(28.298)
D 10% Normal	1.069.399	427.788	1.497.187	(149.719)	1.371.670	(137.167)
D 10% Vencidas	595.567	114.295	709.863	(70.986)	449.564	(44.956)
E 30% Normal	1.790.946	202.889	1.993.835	(598.151)	564.618	(169.386)
E 30% Vencidas	20.814	-	20.814	(6.244)	304.762	(91.429)
F 50% Normal	272.660	-	272.660	(136.330)	264.143	(132.072)
F 50% Vencidas	72.158	45.600	117.758	(58.879)	92.947	(46.473)
G 70% Normal	124.259	-	124.259	(86.982)	232.564	(162.795)
G 70% Vencidas	40.031	11.446	51.477	(36.034)	28	(19)
H 100% Normal	457.000	26.130	483.130	(483.130)	68.052	(68.052)
H 100% Vencidas	830.413	255.448	1.085.861	(1.085.861)	266.494	(266.494)
Total Normal	9.712.611	3.174.504	12.887.115	(1.626.726)	13.898.158	(795.463)
Total Vencidos	1.655.383	460.779	2.116.162	(1.261.716)	2.431.322	(481.413)
Total Geral	11.367.994	3.635.283	15.003.277	(2.888.442)	16.329.479	(1.276.876)
Provisões	(2.415.306)	(473.136)	(2.888.442)		(1.276.876)	
Total Líquido	8.952.688	3.162.147	12.114.835		15.052.603	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	1.433.615	-	-	1.433.615
Empréstimos	1.959.269	3.529.520	4.240.985	9.729.774
Títulos Descontados	204.605	-	-	204.605
Financiamentos	548.747	1.205.637	1.880.899	3.635.283
TOTAL	4.146.235	4.735.157	6.121.885	15.003.277

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos	Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2019
Setor Privado - Comércio	388.127	28.776	-	-	416.903
Setor Privado - Serviços	6.094.941	1.624.358	-	-	7.719.299
Pessoa Física	4.679.926	1.982.149	205.000	-	6.867.075
TOTAL	11.162.994	3.635.283	205.000	-	15.003.277

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	1.276.876	649.114
Constituições / Reversões	1.872.896	1.236.658
Transferência para Prejuízo	(261.330)	(608.896)
TOTAL	2.888.442	1.276.876

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	599.405	4%	690.681	4%
10 Maiores Devedores	4.738.144	31%	5.099.859	31%
50 Maiores Devedores	10.664.100	70%	11.096.613	68%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	1.775.574	1.262.126
Valor das operações transferidas no período	261.330	608.896
Valor das operações recuperadas no período	(298.778)	(95.447)
TOTAL	1.738.126	1.775.574

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Avais e Fianças Honrados (I)	340.581	51.774
Rendas a Receber (II)	112.950	26.683
Diversos	67.392	53.027
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.508	4.141
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	6.650	-
Impostos e Contribuições a Compensar	11.661	-
Imposto de Renda a Recuperar	-	46
Pagamentos a Ressarcir	303	-
Títulos e Créditos a Receber	12.771	17.631
Devedores Diversos - País	34.500	31.209
(-) Provisões para Outros Créditos (III)	(325.250)	(42.272)
TOTAL	195.673	89.212

(I) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(II) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito, outros serviços com empresas conveniadas e um saldo a receber oriundo da centralização financeira com a Central Sicoob uni, em que destaca-se o valor de **R\$ 31.738,53**.

(III) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
E 30% Vencidas	5.322	5.322	(1.597)	2.391	(717)
F 50% Vencidas	4.283	4.283	(2.142)	14.236	(7.118)
G 70% Vencidas	31.547	31.547	(22.083)	2.369	(1.659)
H 100% Vencidas	299.429	299.429	(299.429)	32.778	(32.778)
Total Vencidos	340.581	340.581	(325.250)	51.774	51.774
Total Geral	340.581	340.581	(325.250)	51.774	51.774
Provisões	(325.250)	(325.250)		84.543	
Total Líquido	15.331	15.331		9.503	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (I)	179.954	-
Despesas Antecipadas (II)	16.719	23.960
TOTAL	196.673	23.960

(I) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção, são atualizados com base em Laudo de avaliação do bem emitido em conformidade com os normativos vigentes do Banco Central do Brasil.

(II) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

8. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB UNI** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações em Cooperativa Central de Crédito – Sicoob Uni	791.778	740.131
Participações Inst Financ Controlada Coop Crédito – Bancoob	82.953	66.572
TOTAL	874.731	806.703

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	277.445	276.745	
Terrenos	384.990	384.990	
Edificações	75.000	75.000	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(8.750)	(5.750)	
Instalações	20.959	15.909	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(10.317)	(8.674)	
Móveis e equipamentos de Uso	136.887	57.027	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(39.470)	(29.941)	
Sistema de Comunicação	26.615	21.588	20%
Sistema de Processamento de Dados	192.043	103.768	20%
Sistema de Segurança	38.752	38.752	10%
Sistema de Transporte	30.924	30.925	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(155.464)	(128.986)	
TOTAL	969.613	831.352	

10. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito à Vista	7.099.920	3.948.744
Depósito a Prazo	8.648.611	8.028.460
TOTAL	15.748.531	11.977.203

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma

associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos Principais Depositantes:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	905.074	6%	1.216.282	11%
10 Maiores Depositantes	5.639.462	37%	4.703.849	41%
50 Maiores Depositantes	11.814.144	77%	9.394.048	82%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos a Prazo	(463.204)	(465.040)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(19.500)	(17.317)
TOTAL	(482.704)	(482.357)

11. Repasses interfinanceiros

São empréstimos obtidos junto a Central Sicoob UNI a fim de utilizá-lo para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2019	31/12/2018
Recursos da Central	-	3.000.000
TOTAL	-	3.000.000

12. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
IOF a recolher	3.452	2.619
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	15	63
TOTAL	3.467	2.682

(I) Valores referentes as provisões dos impostos sobre operações financeiras (IOF), que são recolhidas a cada decêndio.

(II) Referente a provisões dos impostos sobre operações financeiras (IOF), das aplicações e resgates em RDC.

b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (I)	137.066	53.767
Resultado de Atos com Não Associados (I)	-	53.470
Cotas de Capital a Pagar (II)	16.390	4.798
TOTAL	153.456	112.035

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71. O FIRE, Fundo Institucional de Relacionamento, é constituído por 5% das

sobras liquidas em cada exercício findo, o regulamento nos termos do §1º do Art 28 da Lei 5764/71.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

c) Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	489.170	604.185
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	2.315	1.981
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (I)	104.773	41.797
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	181.069	139.108
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (III)	192.681	317.494
Credores Diversos - País (IV)	8.332	103.805
Não Circulante	3.876	-
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (III)	3.876	-
TOTAL	493.046	604.185

(I) Saldo de contas salário de cooperados.

(II) Provisão para pagamento despesas com funcionários e entre outras despesas da cooperativa.

(III) Provisão para garantias prestadas.

(IV) Refere-se a pagamentos a serem processados no prazo máximo de 180 dias.

13. Provisão para demandas judiciais

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.929	-	-	-
Cíveis	12.454	-	-	-
TOTAL	15.382	-	-	-

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNIBV**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, porém não existem processos classificados com risco de perda possível.

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB UNIBV** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	5.135.529	4.150.849
Quantidade de Associados	1.018	865

b) Reserva de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual **30%**, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Destinação das sobras do exercício: Fundo de Reserva R\$ 399.473 reais e Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social R\$ 133.158 reais e R\$ 798.947 está à disposição da Assembleia Geral Ordinária para devidas destinações.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **21/03/2019**, os cooperados deliberaram pelas seguintes destinações, Fundo de Reserva **R\$ 52.166** reais; Crédito em conta corrente dos associados **R\$ 177.763** reais; Crédito em conta capital de cada associado **R\$ 415.254** reais.

16. Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	33.517	24.209
Rendas de Empréstimos	4.709.908	4.224.205
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	43.413	32.547
Rendas de Financiamentos	772.123	911.069
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	215.312	95.447
Rendas com Aplicações Compulsórias	28.609	-
TOTAL	5.802.882	5.287.477

17. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Pessoal - Benefícios	(195.396)	(98.212)
Despesas De Pessoal - Encargos Sociais	(280.759)	(234.283)
Despesas De Pessoal - Proventos	(584.930)	(541.331)
Despesas De Pessoal - Treinamento	(9.085)	(37.796)
Despesas De Remuneração De Estagiários	(3.160)	-
Despesas De Honorários	(437.628)	(252.474)
TOTAL	(1.510.958)	(1.164.095)

18. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Agua Energia e Gas	(28.293)	(19.784)
Despesas de Alugueis	(1.626)	(3.130)
Despesas de Comunicações	(98.184)	(81.548)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(52.768)	(41.373)
Despesas de Material	(21.362)	(20.873)
Despesas de Processamento de Dados	(30.563)	(22.820)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(50.718)	(29.191)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(15.556)	(16.273)
Despesas de Publicações	(150)	(262)
Despesas de Seguros	(7.486)	(8.790)
Despesas de Serviços Do Sistema Financeiro	(374.579)	(267.962)
Despesas de Serviços de Terceiros	(47.925)	(43.059)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(86.226)	(58.824)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(84.985)	(79.622)
Despesas de Transporte	(118.741)	(102.981)
Despesas de Viagem Ao Exterior	(21.078)	-
Despesas de Viagem No País	(108.972)	(98.500)
Despesas de Multas Aplicadas Pelo Banco Central	-	-
Outras Despesas Administrativas	(414.232)	(477.923)
Contribuição Confederativa	(2.245)	-
Contribuição Sindical Patronal	(20.900)	(4.093)
Emolumentos Judiciais e Cartorarios	(29.529)	(17.849)
Copa/Cozinha	(7.015)	(7.261)
Lanches e Refeições	(10.459)	(43.214)
Uniformes e Vestuarios	(7.535)	(9.029)
Impostos e Taxas	(162)	(157)
Marcas e Patentes	(703)	(736)
Rateio de Despesas da Central	(189.096)	(225.626)
Materiais de Limpeza	(1.283)	(20)
Rateio de Despesa do Sicoob Conf.	(140.578)	(165.164)
Outras Despesas Administrativas	(4.727)	(4.774)
Despesas de Amortização	(2.620)	(3.991)
Despesas de Depreciação	(43.246)	(25.621)
TOTAL	(1.609.312)	(1.402.527)

19. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	143.923	14.261
Rendas Juros Cartão de Crédito	250.670	-
Rendas Multas Por Atraso - Cartão De Crédito	26.089	-
Crédito Receita Sipag - Faturamento	140.145	19.613
Crédito Receita Sipag - Antecipação	156.215	70.567
Juros Ao Capital	44.481	43.207
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	538.289	-
Outras Rendas Operacionais	10.427	-
TOTAL	1.310.237	153.712

20. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas De Provisões Operacionais	(417.352)	(275.970)
Despesas De Descontos Concedidos Em Renegociações	-	(30.588)
Perdas - Fraudes Externas	-	(38.072)
Desc Conc - Crédito Pessoal	(1.162)	-
Desc Conc - Capital De Giro	(9.488)	-
Descontos Concedidos - Operações De Crédito	(23.790)	(17.778)
Passivos Trabalhistas	(6.440)	-
Passivos Contingentes	(12.454)	-
Cancelamento - Tarifas Pendentes	(58.194)	(6.644)
Outras Despesas Operacionais	-	(6.009)
Contrib. Mensal Ao Fundo De Desenvolvimento Sicoob	(17.631)	(17.742)
Contribuição Ao Fundo De Estabilidade E Liquidez	(13.866)	(2.311)
Outras Despesas Operacionais	(1.061)	(2.194)
TOTAL	(561.436)	(397.308)

21. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	4.955	5.035
Outras Rendas não Operacionais	23.858	-
Perdas de Capital	(3.584)	(219)
Outras Despesas não Operacionais	(6.949)	-
TOTAL	18.280	4.816

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2019**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	52.456	0,13%	369
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	344.923	0,84%	2.152
TOTAL	397.379	0,96%	2.521
Montante das Operações Passivas	600	0,00%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2019**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	11.313	315	2%
Conta Garantida	534	16	0%
Empréstimo	76.894	2.307	1%
Financiamento	7.370	221	0%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	20.755	0,32%	0%
Depósitos a Prazo	409	0,00%	0,36%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	2,14%
Financiamento	1,95%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	91,99%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2019	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,74%
Aplicações Financeiras	0,04%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	508
Empréstimo	84.738
Financiamento	40.092

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2019	2018
45.140	191.938

f) No exercício de **2019** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2019 (R\$)	
Cédula De Presença - Conselho Fiscal	35.586
Honorários	343.712
Cédula De Presença - Diretoria E Conselho De Administração	53.080
Gratificações Da Diretoria	5.250

23. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE RORAIMA LTDA. - SICOOB RORAIMA**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB UNI**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB UNI** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB RORAIMA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

24. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWApad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	8.288.768	6.713.768
Capital Principal - CP	2.358.366	2.319.094
Nível I	2.358.366	2.319.094
Índice de Basileia %	42,18%	34,74%
Razão de Alavancagem (RA) %	27,70%	24,67%
Índice de imobilização %	11,70%	12,38%
Ativos Ponderados pelos Riscos	2.358.366	2.319.094

BOA VISTA-RR, 31 de dezembro de 2019.

Ailton Fernandes Teodoro
Diretor Presidente

José Cícero Francisco dos Santos
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Roraima Ltda – Sicoob Roraima
Boa Vista/RR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Roraima Ltda – Sicoob Roraima, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Roraima em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Sicoob Roraima é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório Anual, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório Anual e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Anual, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando leremos o Relatório Anual, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança da Cooperativa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Brasília/DF, 18 de março de 2020.



Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090